



alcp
Alvaro
Luis

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E VINTE

Aos vinte e nove dias do mês de junho, do ano dois mil e vinte, nesta Vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal, com a presença de vinte e sete membros, verificando-se a ausência de **José Fernando Pereira**, tendo a sua falta sido justificada. -----

Os presidentes da Junta de Freguesia de Desejosa e da União de Freguesias de Paradela e Granjinha fizeram-se representar pelos secretários **Faustino de Jesus Macedo e António Joaquim Monteiro Ribeiro**, respetivamente. -----

Feita a chamada e verificada a existência de quórum, os trabalhos tiveram início às catorze horas e quarenta minutos, sendo a sessão presidida por **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo** e secretariada por **Álvaro Correia Soares Martinho e Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, respetivamente, primeiro e segundo secretário. -----

O executivo Municipal esteve representado pelo seu presidente **Carlos André Teles Paulo de Carvalho** e vereador **José Carlos Oliveira Silva**. -----

O presidente da Assembleia Municipal deu as boas vindas a todos e lembrou a actual situação do país devido à pandemia COVID-19, que obrigou à suspensão da reunião de abril, transferindo parte da Ordem de Trabalhos para a reunião do mês de junho. Neste espaço de tempo participou em várias reuniões, nomeadamente na Comissão Municipal da Protecção Civil representando a Assembleia Municipal e poder dar o seu contributo no evitar da propagação da doença, que felizmente no concelho não teve casos relevantes. Falou ainda da legislação excepcional que permitiu a não realização da sessão de abril, pelo que se iriam realizar em simultâneo as reuniões referentes aos meses de abril e junho, cuja ordem de trabalhos será feita cronologicamente como se duas convocatórias tivessem existido. Na convocatória enviada aos membros da Assembleia Municipal, constava igualmente a informação, de que devido à situação acima exposta, a dita reunião seria realizada sem a presença de público. -----

Foi de seguida lida a ata da reunião anterior, merecendo aprovação por maioria, e a abstenção da deputada **Eugénia Maria Pereira de Lima Paixão Lopes**, justificando a sua opções de voto, por não ter estado presente na dita reunião. -----



acp
Alvaro
Ricardo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Seguidamente o primeiro-secretário da Assembleia Municipal procedeu à leitura da convocatória com a seguinte: -----

===== ORDEM DE TRABALHOS =====

----- I. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Passando de imediato ao “Período de Antes da Ordem do Dia” o Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer a correspondência recebida desde a reunião anterior, bem como a actividade da mesa da Assembleia Municipal informando ainda o plenário de que o representante da Assembleia Municipal na Assembleia do ACES Douro-Sul, Ricardo Manuel Martins Soares, foi substituído pelo deputado **Álvaro Correia Soares Martinho**. -----

O deputado **Nuno Oliveira**, solicitou a palavra para falar sobre a situação de pânico que se vive com o aparecimento da COVID-19, começando por dizer que um terço da população do país vive na Área Metropolitana de Lisboa, para demonstrar que o exagero da Comunicação Social e a politização do que tem acontecido, porque em seu entender e tendo em conta os internados nos cuidados intensivos e as mortes ocorridas, trata-se de politização, porque a nível nacional não há oposição e o poder político tem tentado levar a opinião pública a mudar o foco da atenção do eleitorado para aquilo que é importante, continuando assim a alimentar o pânico que a população portuguesa tem vivido nestes últimos meses, agravado pelo alto número de pessoas na Área Metropolitana e zona periférica, onde uma boa parte dos habitantes vive em condições precárias e por outro lado assiste-se ao despovoamento do resto do país, apesar da classe política andar sempre a falar da descentralização, sem que tenha havido a coragem de a implementar. --

Dada a palavra ao deputado **Moutinho de Carvalho** começou por dizer que se identificava com a maior parte do exposto pelo orador que o antecedeu, referindo-se depois às várias fases do confinamento e desconfinamento provocado pela pandemia que assola o país e o mundo, sem se fazer a avaliação social, política, económica, sanitária, salutar e individual, mudando agora de atitude apenas devido à Grande Lisboa, causando admiração ao deputado **Moutinho de Carvalho** quando vê os políticos acotovelarem-se como forma de se cumprimentarem, não respeitando o distanciamento social como a lei determina e que não foi cumprido em muitas manifestações levadas a cabo em Lisboa, que apesar da aparente separação mantida entre as pessoas, ninguém se interrogou como foram feitos os transportes para lá chegarem, verificando a partir daí um aumento exponencial de infectados, bastando contar a partir daqueles, os catorze dias que é o tempo de incubação da COVID-19. Terminou dizendo que distanciamento social existiu na Idade Média com a existência das classes sociais Clero, Nobreza e Povo e por tal motivo nos dias de hoje o que seria correcto dizer seria distanciamento físico, para não haver contacto e assim se manter a prevenção na doença. -----



act
Alvar
Luis Pim

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

A deputada **Eugénia Maria Pereira de Lima Paixão Lopes**, pediu a palavra para transmitir o seu reconhecimento a toda a população do concelho de Tabuaço, por terem sabido preservar este cantinho territorial e preservá-lo sem que se verifiquem casos pandémicos, chegando a que muitos dos compatriotas tenham feito o sacrifício em evitar as viagens de visitas a familiares como medida preventiva, provando a responsabilidade que têm para com os demais, deixando um emocional agradecimento às autoridades locais, nomeadamente à Câmara Municipal, Lares da Terceira Idade e todos aqueles que souberam manter a nossa terra intocável. -----

O presidente da Assembleia Municipal teceu palavras de elogio à atenção dispensada pelo executivo municipal, pela dedicação que teve em tomar todas as medidas de prevenção, bem como as Juntas de Freguesia, que emanados no mesmo esforço, estiveram sempre atentos dispensando todo o apoio a vários níveis às pessoas, nomeadamente as mais vulneráveis, tendo em conta as restrições que foram tomadas em virtude da aplicação do confinamento. -----

O secretário da Assembleia Municipal, **Álvaro Correia Soares Martinho**, propôs um voto de pesar pelo falecimento do **senhor Doutor Luís Pedro Pimentel**, falecido no dia seis de junho do corrente ano. Natural de Alijó o malogrado foi deputado à Assembleia da República em quatro legislaturas, eleito em listas do Partido Social Democrata, pelo círculo eleitoral de Vila Real. Durante a sua presença no Hemiciclo de S. Bento, foi um acérrimo defensor dos interesses da Região do Douro e das suas gentes, pelo que se justifica esta homenagem póstuma. O presidente da Assembleia Municipal revelou ter sido várias vezes testemunha do afinco com que o Doutor Pimentel defendia a região, principalmente na Comissão da Agricultura na Assembleia da República onde desenvolveu um trabalho notável nas funções que os eleitores lhe confiaram. -----

Submetido à votação, o referido voto de pesar foi aprovado por unanimidade. -----

----- II. ORDEM DO DIA -----

Entrando no Período da “**Ordem do Dia**” o mesmo teve início com a intervenção do presidente da Câmara, a quem foi dada a palavra, para que se pronunciasse sobre o primeiro ponto constante na convocatória. -----

Ponto Um: Apreciação da Informação escrita do presidente da Câmara (cfr. alínea c) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013). -----

O presidente da Câmara solicitou à Mesa da Assembleia e respectivo plenário a inclusão de três pontos na convocatória, com a devida explicação do motivo de não terem sido incluídos na convocatória inicial e enviada aos membros da Assembleia. -----



Alf
Alf
Luis

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Revelando a lei em que se enquadra esta alteração da convocatória, o presidente da Assembleia Municipal explicou o suporte legal para esta alteração, designando cada um dos pontos a incluir ao abrigo do artigo 50º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, na sua redação atual. -----

Esta alteração à convocatória com os novos pontos nela introduzida fora posta à consideração do plenário, e aprovada por unanimidade. -----

Seguindo então e de forma cronológica a ordem de Trabalhos, o presidente da Câmara deu início à informação escrita, começando igualmente pelo assunto que no momento mais preocupa a população portuguesa e de um modo particular os tabuacenses, que é a pandemia COVID-19 e com a qual ninguém estava preparado para enfrentar. Disse também que independentemente do caminho que o surto vier a seguir, é importante que toda a gente se consciencialize de que quando isto passar se proceda a uma análise, porque neste momento e apesar de a situação de alarme ainda se manter, parece que se age como se tudo estivesse normalizado esperando que o percurso que se tem feito até aqui se mantenha, subscrevendo a intervenção da deputada **Eugénia Paixão Lopes**, relativamente ao comportamento do povo do concelho, levando a que as autoridades governamentais sejam locais ou outras, tenham facilitado um pouco nas decisões a tomar, e daí haver uma liberdade crítica para se poder avaliar aquilo que tenha corrido menos bem e se alguma estratégia menos bem-sucedida aconteceu por parte do governo pode igualmente essa responsabilidade ser atribuída a organismos intermédios que estendem no terreno as políticas das decisões, que muitas vezes por falta de articulação entre si e como consequência a falta de resultados que não chegam ao cidadão comum.--

O presidente da Câmara disse ainda que para além do comportamento da população, deve salientar-se a colaboração da G.N.R. que foi excepcional desde o início e por isso é de louvar a postura adotada na solidariedade, cooperação e parceria a todos os níveis, bem como os Bombeiros e todos os agentes da Saúde merecem igualmente uma palavra de reconhecimento, ressaltando uma vez mais o papel desempenhado pela Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, que sem a sua acção desenvolvida a situação podia entrar fora de controlo transformar-se num pandemónio, apesar da constante comunicação ao país por parte do governo, afirmando que nada falta no domínio da saúde, mas não fora o poder local e os resultados seriam bastantes diferentes para pior, porque em muitas áreas que são competência do governo, eram pelas Câmaras e Juntas de Freguesias substituído e muitas vezes desautorizadas pelo Governo Central a tomar certas medidas porque entendem não ser da competência das autarquias. Isto mesmo foi dito numa reunião pela senhora ministra da Coesão, tendo-lhe sido respondido por alguns autarcas que tal atitude não foi tomada pelo poder central quando as autarquias aquando do aparecimento da pandemia, foi quem comprou equipamento de protecção para os bombeiros ou lares da terceira idade e ainda mais recente, quando foi anunciado que todos os alunos iam ter um computador para que tivessem aulas à distância, mas não



Acsp
Alfon
Rui Td

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

fossem as Câmaras Municipais a fazê-lo hoje seria um caos porque as crianças não teriam tido a possibilidade de manter as aulas através desses meios informáticos e tecnológicos. Outra medida anunciada é o eliminar do amianto das escolas, suportado a cem por cento o investimento, mas com verbas da própria autarquia que já lhe está destinado o que denota aqui uma espetacular engenharia financeira. -----

Retomando o assunto inicial em relação à COVID-19 o presidente da Câmara disse ter tido muito pouco apoio, recordando o episódio de que alguém do governo anunciou testes a todos os lares da terceira idade, tendo sido informado na qualidade de Presidente do Conselho do ACES, que brevemente essa medida iria ser tomada em todos os concelhos abrangidos por aquele organismo e obedecendo a uma calendarização de acordo com a estrutura a ser seleccionada tendo em conta o grau de risco, mas logo a seguir se verificou e de acordo com a descoordenação entre os organismos se chegou à conclusão de que não seria tal como haviam acordado. -----

Segundo o presidente da Câmara todas as tomadas de decisão foram no sentido de mitigar os efeitos que tal pandemia podia ocasionar, voltando a destacar a harmonia existente entre todos os autarcas do concelho não evitando a decisão individual de cada um, sem pôr em causa o espírito de parceria que levou a que todos trabalhassem em conjunto. -----

Referiu ainda que a Comunidade Intermunicipal do Douro, foi a única no país que apresentou ao governo uma proposta de aplicação de fundos em certas áreas, que seria o próprio governo a decidir mas não está a ser fácil por falta de abertura, não sendo aceitável de que num só dia haja indicações contraditórias, que mais parecem o branquear da situação. Ficou no entanto a esperança de que numa próxima reunião houvesse vontade para que os documentos e posições do governo se aproximassem das da CimDouro e assim se poder chegar ao mais amplo consenso, porque tem sido nulo o apoio anunciado às empresas e que na verdade nunca foi concedido apesar das promessas feitas pelos membros do governo quando à região se deslocam, que falam em número astronómicos mas que depois não se transformam em realidade. -----

Relativamente à situação da Caixa Geral de Depósitos foi em fevereiro comunicado pelo primeiro-ministro a um grupo de autarcas do Partido Socialista, numa reunião partidária que e em relação à Caixa em Tabuaço não haveria qualquer alteração, apenas seria a gestão da instituição local feita em conjunto com mais algumas instituições periféricas, o que para o funcionamento nada de mal traria ao interesse do concelho e das suas populações desde que os serviços estejam abertos e ao dispor das mesmas. -----

Quanto à descentralização e como fruto do aparecimento da doença, adivinha-se o seu adiamento, que estava previsto para o ano 2021 e que agora tudo aponta para que passe



acep
Alfaro
Linda Telo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

para o ano seguinte deixando a promessa que dará conhecimento sempre que vá havendo evolução do assunto. -----

Relativamente aos transportes, tem havido alguma contestação, porque os mesmos não têm funcionado e como se sabe até porque foi aprovado na Assembleia, a Câmara Municipal não é autoridade neste sector tendo essa competência passado para a alçada da CimDouro e desde o início do desconfinamento, começaram as negociações com as operadoras que se tornaram difíceis com o pedido de serviços mínimos, que era de um dia por semana passando depois a dois, mas os valores eram elevados comparados com os anteriores mas estes valores só se conseguiram porque se está inserido na Comunidade, havendo um recuo, só resolvido depois porque a Câmara de Vila Real que tem outra escala territorial resolveu fazer parte das negociações demonstrando com aquele gesto a sensibilidade dos seus autarcas e será possível a partir do próximo dia um de julho, os transportes retomem a sua actividade apenas da parte de manhã bem como nos dias de feira, ficando acordado o preço de um euro e noventa e um, por quilómetro, acrescido de IVA, situação que se manterá até ao próximo mês de Setembro. -----

Em relação ao CEPAD foi também assinado o protocolo com o Instituto Politécnico de Bragança, permitindo assim o processo de três anos para a criação do caderno de encargos e a delimitação geográfica protegida, que se espera ver no azeite do Douro, bem como o projeto Aldeias Humanitar, que já está no terreno a operar. -----

Terminada a informação escrita do presidente da Câmara e não havendo pedidos de esclarecimento, o presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da convocatória. -----

Ponto Dois: Apreciação, do relatório anual de actividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Tabuaço, respeitante ao ano 2019 (cfr. nº 2 do artº 32º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada em anexo à Lei nº 147/99, de 1 de Setembro). -----

Sobre este assunto pediu a palavra o deputado Nuno Paiva, para dizer que apesar da sua não intervenção em relatórios anteriores, gostaria de lembrar um dos seus parágrafos que refere a falta de interesse e motivação dos membros, esperando que a nova direcção do órgão consiga alterar esta situação e tente modernizá-lo. Lamentou que à época, não tenha sido aceite a sua proposta de que não podendo estar presente em algumas reuniões, o fizesse por videoconferência que a ser implementado este sistema, motivasse mais os seus membros a dedicar interesse no funcionamento do organismo, porque com as novas tecnologias estas tarefas ficam muito mais facilitadas. -----

Pronunciando sobre este assunto, o presidente da Câmara disse que apesar destas ausências nas reuniões, que por vezes se verificam mais por parte das entidades e não



acp
Alfaro
D. Silva

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

tanto dos seus membros, a C.P.C.J. tem feito um trabalho notável e meritório no decurso do dia-a-dia e das situações que vão surgindo, registando as palavras do orador que o antecedeu, relativamente à modernização. -----

Também a secretária da Assembleia Municipal **Anabela Susana Paiva Oliveira Martins**, usou da palavra e invocando a sua condição de membro da CPCJ quer na comissão alargada quer na restrita, disse que a sua explicação serve também para evitar que haja alguém que fique com a ideia de que essa tomada de posição em relação ao deputado **Nuno Oliveira** tenha sido tomada unilateralmente, mas que não foi o caso. Esta Comissão é gerida e fiscalizada pela Comissão Nacional e quando a esta, foi proposta a situação do deputado **Nuno Oliveira** relativamente à sua prestação através de videoconferência a Comissão Nacional acusou algum desconforto, porque todos os membros devem estar conscientes de que se trata de processos relacionados com crianças em perigo ou risco, ficando assente que tal método de participação nas reuniões não reuniria as exigências de confidencialidade da criança exigidas para a sua total protecção, voltando a frisar que tudo foi feito sob as orientações da Comissão Nacional. -----

O deputado **Nuno Oliveira**, voltou a usar da palavra dizendo que segundo o parecer da Comissão Nacional que tem em seu poder a sua participação por videoconferência dependia da aprovação ou não da Comissão Alargada de Tabuaço e quando lhe foi comunicado pela presidente da CPCJ de Tabuaço a questão do sigilo, o mesmo era garantido na mesma forma como qualquer participante, já que não há garantia de que todos os membros que participam nessas reuniões não possam vir para o exterior divulgar o conteúdo das mesmas, sendo esse mesmo sigilo usado de forma individual e essa pessoa punida independentemente da sua prestação na reunião, seja presencial ou por meios tecnológicos. -----

Os trabalhos continuaram e por sugestão do presidente da Assembleia Municipal antes de dar a palavra ao presidente da Câmara tendo em conta que os três pontos seguintes estavam relacionados entre si, fossem em simultâneo apreciados, discutidos e votados no final em separado. -----

Ponto Três: Apreciação, da **informação do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira respeitante ao segundo semestre de 2019** (cfr. alínea d) do nº 2 do artigo 77º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro). -----

Ponto Quatro: Apreciação, discussão e votação dos **documentos de prestação de contas e relatório de gestão relativos ao exercício de 2019** (cfr. alínea l) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro). -----



acp
Alfaro
Linda Tel

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Ponto Cinco: Apreciação, discussão e votação da **proposta sobre a aplicação do resultado líquido do exercício de 2019** (cfr. ponto 2.7.3.1 do Plano Oficial de Contabilidades das Autarquias Locais, aprovado em anexo pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro). --

A sugestão foi aceite pelo presidente da Câmara, começando por dizer que em relação ao ponto um e remetendo para a análise do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira e certificação legal das contas, a realidade é a mesma de anos anteriores e no que concerne à questão das reservas que tem a ver com o imobilizado e a questão dos proveitos prende-se com tarefas que têm de ser feitas na própria Divisão Financeira e atendendo ao facto do ano transacto, devido à limitação de recursos humanos por questões de baixa, ainda não foi possível melhorar o total das recomendações do senhor Revisor Externo. Já quanto às ênfases mantêm-se o do passado, mas no entendimento do senhor Revisor Oficial de Contas a participação da autarquia na Sociedade Beleza do Monte não tem enquadramento legal, espera-se no entanto pela decisão judicial do processo que está a decorrer, que tem a ver com a participação da Câmara Municipal, situação essa que depois deve ser equacionada. Informou ainda a posição de ter votado contra, numa Assembleia Geral pela proposta de um aumento de capital na Sociedade, que obrigava a passar o capital social de setenta mil euros para mais de dois milhões de euros. O presidente da Câmara recordou que já há cerca de quatro anos a Beleza do Monte veio solicitar à autarquia a concretização de prestações acessórias no valor quatrocentos mil euros, aprovadas no ano dois mil e onze, não podendo a Câmara votar algo que não concretiza tendo ainda a ver com o impacto que teria no erário público. Na Assembleia Geral a autarquia está em minoria e embora o voto tenha sido contra aguarda-se agora o desenrolar dos factos e tudo se tentará para que o desfecho salvasse os interesses do município. -----

Outra das ênfases prende-se ainda com o excesso da dívida que se mantém e que muito difícil se ultrapassará num horizonte temporal, mas espera-se que a questão do rácio se consiga até ao ano de dois mil e vinte e um e a lei dos compromissos que terá sempre a condicionante de que enquanto a dívida comercial não seja transformada em dívida financeira, na sequência daquele empréstimo aprovado por esta Assembleia, podendo ser discutido ainda este mês numa Assembleia Extraordinária, porque do Tribunal de Contas chegou a informação de duas questões que têm que ver com uma situação que eles entendem que na reunião da Câmara quando foi proposta a abertura desse concurso e no processo, não constavam os acordos existentes e a outra refere-se com dois dos credores que como haviam sido registados naquele ano, foi entendido como dívida de curto prazo e não médio e longo prazo tal como a lei determina e por isso, logo que houve conhecimento da exposição do Tribunal de Contas, foi entendido que teriam razão e apesar de se poder contestar utilizando o contraditório enquanto o tempo passava, mas tendo em conta as condições de mercado que são idênticas o melhor foi deixar cair aquele processo e decerto que não aceitariam como justificação iniciando um processo novo agora com um valor mais baixo, porque desde então já houve o pagamento de parte



ccp
Alvar
Luis T. da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

desse valor que rondava cerca de quatro milhões de euros e agora foi reduzido em meio milhão de euros. Já quanto ao rácio da dívida diminuiu zero virgula um ponto por cento, passando para um ponto setenta e nove e o valor de endividamento global teve um aumento de cento e sessenta e cinco mil euros, valor que tem enquadramento, bastando para tal analisar três vectores sinalizados no relatório da gestão, tem a ver com o registo dos processos em tribunal e registar a dívida de outros anos incluindo o pagamento de indemnizações a empresas sentenciadas pelos tribunais e que a Câmara teve de pagar, ainda o pagamento de um imóvel na variante aquando da construção da mesma no valor de sessenta e cinco mil euros, valor igualmente referente a uma série de calçadas feitas pelo empreiteiro no ano dois mil e treze. -----

Um outro assunto considerado absurdo pelo Presidente da Câmara tem a ver com a questão da ADSE porque os funcionários fazem os seus descontos para a tutela, mas depois todos os pagamentos são suportados pela Câmara e não pelo Estado Central, uma situação que desde há muito que passava até despercebida, mas que nos últimos tempos e até pelos valores despendidos que são enormes chegando a verba do ano passado a rondar os duzentos mil euros e este ano pode repetir-se, quando deviam ser os organismos centrais a suportar tal despesa, estando neste momento a própria Associação Nacional de Municípios a diligenciar nesse sentido. -----

Por outro lado e dado o número de obras comunitárias que estão a decorrer, havia um diferencial entre aquilo que estava executado e não pago que chegaria aos duzentos e cinquenta mil euros e portanto nestes três valores que rondam os setecentos e cinquenta mil euros se fossem deduzidos, estar-se-ia a falar numa redução de seiscentos mil euros sendo aquilo que se entende com a realidade financeira do município. -----

O presidente da Câmara informou também que o aparecimento da COVID-19 teve um efeito benéfico relacionado com Fundos Comunitários e através dos Autos, estão a fazer os pagamentos mais rápido e neste momento está quase tudo em dia o que leva a uma redução relativamente ao ano passado na ordem de meio milhão de euros globais do endividamento total, esperando que as coisas a manter-se assim, enumerando um determinado número de obras que estão em fase inicial e outras em vias de começarem em breve, que num total importam em valores superior a quatro milhões e duzentos e cinquenta mil euros. Há outras obras a ser elaboradas que não sendo comparticipadas e por isso feitas por administração direta salientando que mesmo assim é de louvar ter o mesmo volume de redução da dívida verificado nos últimos anos. -----

Referiu ainda que as verbas anuais, para as juntas de freguesias através dos protocolos de cooperação de duzentos e cinquenta mil euros, que no mandato totaliza um milhão de euros, são para manter e entende-os como muito fundamentais porque permite que levem a cabo uma série de pequenas actividades que a proximidade com a população



ceef
A. Silva
L. Ramos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

impõe e se possa prestar um bom serviço e um bem comum na satisfação das necessidades dos munícipes, onde as freguesias têm um papel essencial. -----

Outro assunto veiculado pelo presidente da Câmara tem a ver com a rede viária e olhando para o próximo Quadro Comunitário adivinha-se que verbas para estradas não vai ser fácil obter, porque dizem que em Portugal se fizeram muitas vias, mas o certo é que ao longo dos anos o concelho de Tabuaço não foi beneficiado com este tipo de obras e dado a sua deterioração será muito difícil alguma intervenção sem apoios comunitários, havendo no entanto uma proposta no âmbito da CimDouro e já endereçada ao senhor Primeiro Ministro na qual as Câmaras Municipais possam aceder a financiamentos no sentido de ser excepcionado daquilo que é a dívida do município, que espera que no ano de dois mil e vinte e um seja possível alcançar o objectivo de que os encargos financeiros da Câmara Municipal representem um rácio de endividamento abaixo de um e meio por cento, que permitiria ao município estar fora do limite de excesso de dívida. -----

Quanto aos resultados líquidos, foi positivo e o ano transacto foi excepcional até porque as amortizações levadas a cabo tinham a ver com outros exercícios e foram a consequência das recomendações que o Revisor Oficial de Contas tinha solicitado e este ano voltou-se à normalidade com resultado positivo de um milhão duzentos e treze mil euros, sendo distribuídos pelo reforço de património com meio milhão de euros, cem mil euros para reservas legais e seiscentos e treze mil euros para resultados transitados. -----

Não havendo quem se quisesse manifestar sobre estes assuntos e tendo em conta que o **Ponto Três** era de informação ao plenário, procedeu-se à votação do **Ponto Quatro**, sobre a prestação de contas e relatório de gestão de 2019, tendo sido aprovado por maioria, com a abstenção dos deputados **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho, Alexandre Paulo da Silva Ramos, Arlindo Augusto Genésio Gouveia, Rui António Alves Figueiredo e Eugénia Maria Pereira de Lima Paixão Lopes**. -----

O **Ponto Cinco**, no qual foi discutida a proposta sobre a aplicação do resultado líquido do exercício de 2019, foi igualmente aprovado por maioria, com a abstenção dos deputados **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho, Alexandre Paulo da Silva Ramos, Arlindo Augusto Genésio Gouveia, Rui António Alves Figueiredo e Eugénia Maria Pereira de Lima Paixão Lopes**. -----

Seguidamente, a matéria dos pontos **Seis, Sete, Oito e Nove**, foi novamente discutida em simultâneo, sendo no final a votação feita em separado à exceção do **Ponto Seis** que não foi submetida a votação, por se tratar de uma informação. -----

Ponto Seis: Apreciação da informação relativa aos atos praticados ao abrigo do regime excepcional com vista a promover a capacidade de resposta da autarquia no âmbito da pandemia da doença COVID-19. (cfr. nº 2 do artigo 7º-B da Lei nº 6/2020, de 10 de abril).



ceep
A. F. F.
Linda V. L.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Ponto Sete: Apreciação, discussão e ratificação da **proposta de isenção do pagamento de água inerente aos meses de março, abril e maio de 2020** (cfr. artigo 2º da Lei nº 6/2020, de 10 de abril, com remissão para o nº 2 do artigo 16º da Lei 73/2012, de 3 de setembro).

Ponto Oito: Apreciação, discussão e ratificação da **proposta de isenção do pagamento de taxas pela ocupação do espaço público com esplanadas até ao final do ano 2020** (cfr. artigo 2º da Lei nº 6/2020, de 10 de abril, com remissão para o nº 2 do artigo 16º da Lei 73/2012, de 3 de setembro) -----

Ponto Nove: Apreciação, discussão e ratificação da **proposta de isenção do pagamento de taxas pela ocupação do terrado pelos feirantes, inerente aos meses de junho, julho e agosto de 2020** (cfr. artigo 2º da Lei nº 6/2020, de 10 de abril, com remissão para o nº 2 do artigo 16º da Lei 73/2012, de 3 de setembro) -----

O presidente da Câmara, voltou a intervir começando por fazer uma resenha histórica sobre os acontecimentos dos últimos tempos dizendo que no início do mês de março foi posto em prática o plano de contingência e foi entendimento do executivo que os serviços do município deviam ser encerrados tal como viria a acontecer, nomeadamente os serviços de armazém, mas o estado de emergência nunca foi declarado mas sim o de alerta porque em face à realidade clínica do concelho, onde houve três casos havendo sempre uma articulação entre o município e os vários serviços quer da Saúde quer da Proteção Civil, Assembleia Municipal, Guarda Nacional Republicana, Bombeiros e ainda a representante da Segurança Social, passando depois a um estado de emergência automático comunicado pelo Comando da Proteção Civil. Houve sempre um contacto permanente entre as partes e numa lógica preventiva, foram colocadas algumas unidades à disposição de algum caso complexo que surgisse no concelho após conversações que houve com algumas unidades hoteleiras do concelho, que se mostraram disponíveis para colaborar, ressalvando a posição do Hotel de S. Plácido, que podia servir dado as suas dimensões para a evacuação dos lares da terceira idade, após serem vistoriados e validados pelas autoridades competentes. Foi ainda criada uma unidade com setenta camas instalada no pavilhão gimnodesportivo, que serviria para apoiar cidadãos com carência social ou outro qualquer que necessitasse de um espaço de isolamento, que apesar de não serem utilizados vão manter-se para alguma eventualidade que possa surgir. -----

O presidente da Câmara fez ainda questão de saudar a disponibilidade de pessoas que integraram o Banco de Voluntariado criado para o efeito, respondendo ao convite do município e que teve uma adesão maciça, mas que a situação verificada não obrigou ao exercício desta actividade, mas fica registado com agrado esse gesto solidário da comunidade. Também em estreita colaboração com os presidentes de Junta de Freguesia do concelho foi criada uma linha de apoio que permitiu, que durante o confinamento que



afp
Alfonso
Luis Tab

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

obrigava as pessoas a permanecer nas suas residências, fossem apoiadas em várias áreas como na entrega de medicamentos, compra de bens essenciais ou outros serviços como a cedência de transportes. De destacar ainda a colaboração das Juntas de Freguesias, com as forças de segurança na informação a pessoas que chegavam de fora do concelho elucidando-as para a prevenção da doença, apesar da falta de articulação entre as várias entidades, com informação contraditória no sentido de se fazer ou não a devida quarentena a essas pessoas, porque ao haver conhecimento do aparecimento de casos, cria-se uma pressão psicológica nas pessoas, que mantém uma curiosidade normal em meios pequenos, para saber quem eram os infetados. -----

Foram canceladas todas as actividades no âmbito da CimDouro e em relação a Tabuaço apesar de ter havido alguma pressão nesse sentido, foi entendido que é muito mais fácil contentar quem fica aborrecido por não virem os vendedores de que controlar o mal-estar que podia ser causado com os ajuntamentos, não se podendo abrir excepções pela dificuldade dos critérios a adotar, embora possa começar a ser preocupante o impacto na economia tendo a autarquia tomado algumas medidas para reduzir as dificuldades e criado um programa de incentivos a que foi dado o nome **“Compre, porque É NOSSO”** uma campanha que permite comprar no comércio do concelho e a autarquia reembolse dois euros e cinquenta cêntimos por cada compra no valor de cinquenta euros, num máximo de mil euros por agregado familiar. Foram ainda anunciados os apoios às empresas e aos viticultores, bem como prestada toda a informação cedida pelo governo para conhecimento dos interessados e assim poder obter algumas benesses de forma a mitigar os prejuízos que começam a causar alguma preocupação. -----

Registe-se ainda a colaboração da comunidade, que respondeu rapidamente na feitura de máscaras num total de mais de seis mil, comprando a Câmara o material e depois distribuídas pela população. Outra medida implementada pelo município foi a aquisição de meia centena de computadores portáteis com Internet para ceder aos alunos na qualidade de empréstimo, para que possam assistir às aulas à distância. -----

Passando ao exposto noutros pontos, que visam o apoio a vários níveis, o presidente da Câmara teme que possa no futuro ser alvo de algumas queixas e ser questionado por terem sido tomadas algumas medidas que não eram da competência da Câmara Municipal. Relativamente ao fornecimento de água, foi de imediato cancelada contagem nos domicílios, como medida preventiva porque esse serviço é feito presencial e depois com os pagamentos e entrega dos recibos seria um factor de risco na contaminação e apesar de não ser justo esta medida ser abrangente a toda agente, pelo motivo de muitos não terem quebra de receita nos orçamentos familiares, mas tendo em conta que para tal seria necessário criar escalões de acordo com extratos sociais e ainda tendo em conta a posição do Departamento Jurídico, foi então decidido manter a isenção de pagamento nos meses de março, abril e maio do corrente ano, voltando à normalidade a partir desta data. -----



ceef
Alfonso
D. M. T. d.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Já no que concerne ao pagamento de taxas pela ocupação do terrado pelos feirantes, é intenção da Câmara que os feirantes voltem, mas há também por parte do município que é sensível à problemática de terem estado alguns meses com quebras de rendimentos, por lhes ter sido vedada a possibilidade de manter a sua actividade, sendo de justiça esta ajuda, assim como a questão das esplanadas que pelo mesmo motivo se entendeu isentar até final do ano, os proprietários dos cafés, que se viram obrigados a encerrar os seus estabelecimentos durante aquele período e por outro lado as esplanadas permitiam o tal distanciamento social aconselhado pelas autoridades da saúde, terminando a sua intervenção com o anúncio da abertura das piscinas municipais, após o estudo de que o seu funcionamento cumpria as normas emanadas pela Direção Geral da Saúde. -----

O deputado **Moutinho de Carvalho** na sua intervenção abordou genericamente o exposto pelo presidente da Câmara e chamou a atenção para os cuidados e vigilância a ter na instalação dos feirantes e ainda na abertura das piscinas que poderão ser um foco de contaminação, havendo a necessidade de uma melhor atenção referente aos balneários e ao distanciamento físico que deve ser mantido entre as pessoas bem como a operacionalidade dos chuveiros, que deve ser objecto de limpeza e cuidados por quem os usa porque nesses locais as gotículas e aerossóis estão mais espalhados e daí uma maior possibilidade de contaminação. -----

O deputado **Nuno Oliveira** usou da palavra para esclarecer que o regime de exceção foi criado pela lei 6/2020 que remete para a lei das competências da Assembleia, para a isenção, criação ou extinção de taxas municipais e como durante o estado da pandemia, alguns órgãos deliberativos não reuniram e esta situação deu legitimidade aos órgãos executivos para poderem aprovar e pôr em execução determinadas medidas que eram da competência exclusiva do órgão deliberativo e por tal motivo nesta reunião, vai ser submetida a sua ratificação e considerar válido aquilo que já está em vigor, que anteriormente havia sido aprovado pela Câmara Municipal, quando não tinha competência para tal e a dita lei de exceção serviu para regulamentar a decisão do Executivo. Manifestou ainda o apoio às medidas de apoio, como forma de apoiar a retoma económica, já em relação à isenção do pagamento da água, disse compreendê-la mas não vê bondade nem mérito na decisão e sendo assim iria abster-se na votação. -----

Terminadas as intervenções, procedeu-se à votação em separado dos pontos discutidos tendo sido o **Ponto Seis**, apenas de informação sobre os atos praticados ao abrigo do regime excecional. -----

O **Ponto Sete**, onde o tema se referia à isenção do pagamento do fornecimento de água ao consumidor, foi o mesmo aprovado por maioria com a abstenção do deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** e o voto contra do presidente da Junta de Freguesia de Sendim, fazendo uma declaração de voto, justificando a sua posição, porque na sua freguesia



acp
Alves
Lima Paixão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

taxaram sempre o fornecimento da água e se votasse aqui a favor não estava a ser coerente com a decisão que havia tomado na sua freguesia. -----

Por sua vez foi posto à consideração do plenário a votação do **Ponto Oito**, relacionado com a isenção de taxas da ocupação de espaço público e esplanadas, verificando-se a unanimidade na sua aprovação. -----

Foi de seguida votado e aprovado por unanimidade o **Ponto Nove**, respeitante à isenção de taxas de ocupação do terrado pelos feirantes nos meses de junho, julho e agosto de 2020. -----

Ponto Dez: Apreciação, discussão e votação da **proposta de alteração nº 3, revisão à alteração modificativa nº 1 ao Orçamento das Receitas para o ano financeiro de 2020** (cfr. alínea a) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei 75/2012, de 12 de setembro) -----

No esclarecimento sobre este ponto, o Presidente da Câmara começou por dizer que esta situação acontece devido a uma alteração feita no dia dezanove de junho, entendida como necessária pela Divisão Financeira, relativamente ao que saiu do Orçamento de Estado referentes a despesas do IVA, sendo feita a alteração, retirando da parte das taxas de saneamento passando oitenta e três mil euros para essa rubrica, solicitando aos membros da Assembleia Municipal a sua aprovação por maioria tal como se veio a verificar após a votação, registando-se a abstenção dos deputados **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho, Alexandre Paulo da Silva Ramos, Arlindo Augusto Genésio Gouveia, Rui António Alves Figueiredo e Eugénia Maria Pereira de Lima Paixão Lopes**. O deputado **Nuno Oliveira** não participou na votação, por estar ausente naquele momento. -----

Ponto Onze: Outros assuntos de interesse para o Município: -----

O deputado **Rui António Alves Figueiredo** solicitou a palavra afirmando, que tendo em conta a informação escrita sobre a atividade do município, enalteceu o exercício dessa mesma atividade apesar da situação pandémica que se vive, verificou a realização desses trabalhos, nomeadamente a reparação e limpeza de estradas e caminhos agrícolas em vários locais do concelho. Informou também que no final de 2016 foi feita a reabilitação do caminho que liga a zona da Maria Vaz a uma saída do concelho conhecido por Pena da Rosa, muito perto de uma propriedade sua. Acha no entanto estranho que a dita manutenção tenha terminado precisamente junto ao pilar da sua propriedade e nas restantes centenas de metros e durante os últimos sete anos, não tenha sido alvo de qualquer intervenção resultando no mau estado em que se encontra. Disse ainda que foi interceptado pelas autoridades que o aconselharam a derrubar 21 pinheiros por questões de segurança, que apesar do terreno estar limpo, podia pôr em causa a segurança dos transeuntes que passam naquela via, bem como do imóvel e espaço envolvente. Referiu



acp
Alva
D. Silva

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

também que viu uma empresa do sector proceder à limpeza de valetas e arruamentos, não entendendo porque é que o serviço ficou a meio, afirmando que gostaria de saber quem são os responsáveis em caso de alguma tragédia e como cidadão que paga impostos perguntou se estava e por quem previsto alguma intervenção na área. -----

Respondendo a estas questões colocadas pelo deputado **Rui Figueiredo**, o presidente da Câmara disse que essas tarefas estão sob a jurisdição da Câmara Municipal, mas desconhecia qual o motivo de os trabalhos pararem naquele local, mas concordando que os mesmos devem prosseguir até ao final do percurso viário e que não haja outro tipo de leitura no sucedido. A rua é pública e isso mesmo a Câmara Municipal irá providenciar no sentido de que essa anormalidade seja reparada o mais rápido possível, até porque é intenção da autarquia proceder naquela estrada a uma intervenção de alargamento, havendo já uma proposta nesse sentido, bem como o levantamento topográfico. Terminou a sua intervenção com um abraço de saudação ao Presidente da Assembleia Municipal, pela coragem que teve em se perfilar como candidato à Casa do Douro, com muito sucesso na recuperação da instituição para bem dos viticultores da região demarcada. -----

Referindo-se a estas palavras proferidas pelo presidente da Câmara, o presidente da Assembleia Municipal assumiu este compromisso que se reflecte na decisão de concorrer à direcção daquela estrutura duriense, com o principal objectivo de defender os viticultores da Casa do Douro que por alteração legislativa da Assembleia da República retoma a sua condição de carácter publico e de inscrição obrigatória, que na pratica resulta que aquela instituição mantenha a representação total dos viticultores durienses na região e nos órgãos nos quais tenha assento. Registou com agrado as palavras do presidente da Câmara e afirmou que a sua candidatura não é mais que a tentativa de devolver à Casa do Douro a visibilidade do trabalho que foi feito nos últimos anos ao contrário do definhamento verificado ao longo das últimas duas décadas, com uma acentuada perda de relevância dos viticultores e dos seus interesses. O presidente da Assembleia Municipal fez a seguir uma explanação e explicou em detalhe os objectivos a alcançar caso a sua candidatura tenha sucesso e elucidou o plenário sobre a situação vivida por aquele organismo e os retrocessos traduzidos em prejuízos para os produtores, que tentará inverter a favor da comunidade vinícola e da região. -----

Terminadas as intervenções, a secretária da Assembleia Municipal **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, procedeu à leitura da minuta da ata, seguida de votação aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, o presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e o contributo para o debate, que como é apanágio decorreu com elevação, encerrando a sessão quando eram dezanove hora e cinco minutos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Para que conste, faça fé e validade vai a presente ata ser assinada pelos senhores Presidente e Secretários da Assembleia Municipal. -----

Presidente: Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo

1º Secretário: Álvaro Correia Soares Martinho

2º Secretário: Anabela Susana Paiva Martins Oliveira